

**Um defeito de fábrica:
o material que falta nas histórias da literatura brasileira¹**

letrônica

Pedro Mandagará²

A historiografia da literatura brasileira tem diferentes começos. Se acreditarmos, como Roberto Acízelo de Souza, que o início de nossa historiografia literária pode se dar nos seus “antecedentes não-narrativos” (2007, p. 30n), a obra de fundação será a *Biblioteca lusitana*, do abade Diogo Barbosa Machado, dicionário de autores e obras em quatro volumes publicados entre 1741 e 1759. Fechando o campo numa historiografia propriamente dita, narrativa, duas histórias da literatura portuguesa se ressaltam, ambas escritas por europeus estrangeiros. A primeira, *História da poesia e da eloquência portuguesa*, parte de uma obra coletiva sobre a história das artes e das ciências desde o século XIII, foi publicada pelo alemão Friedrich Bouterwek em 1805, e traz menções a Antonio José da Silva e Cláudio Manuel da Costa. A segunda, *Sobre a literatura meridional da Europa*³ (1813), do suíço Sismonde de Sismondi, repete os dois anteriores e fala de Silva Alvarenga.

¹ Trabalho financiado com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

² Doutorando em Letras (Teoria de Literatura) na PUCRS, com bolsa do CNPq. Mestre em Letras na mesma casa, com bolsa da CAPES. Bacharel em Filosofia pela UFRGS.

³ Corrijo a tradução usual de *midi* por *meio-dia*. Até onde sei, a tradução geralmente usada remonta a Guilhermino César. No entanto, creio que o termo *meridional*, além de ser etimologicamente correto, traduz melhor o significado de serem estas literaturas as do *sul* da Europa. Na parte dedicada a Sismondi no seu *Historiadores e críticos do romantismo*, o próprio Guilhermino César cita um autor italiano (Carlo Pellegrini) que refere a história de Sismondi como “Storia delle letterature del l’Europa *Meridionale*” (1978, p. 20).

Dois ou três autores, no entanto, não fazem uma história da literatura, e estas menções acabaram tendo apenas o status de pequenos verbetes descontextualizados, perdidas que estão em obras enciclopédicas que retomam a literatura de toda a metade sul da Europa (ou, no caso de Bouterwek, todas as artes e ciências desde o século XIII!). Para os dois historiadores, a literatura portuguesa se integra em unidades maiores – quiçá, no espírito goetheano, numa *Weltliteratur* – e a literatura brasileira não é sequer uma possibilidade teórica.

A literatura brasileira se torna possível a partir da independência política. Nesse sentido, é sintomática a retomada, por Acízelo de Souza (2007, pp. 81-83), de uma carta de José Bonifácio de Andrada e Silva, Patriarca da Independência, onde aparece pela primeira vez a expressão “história literária do Brasil” (SILVA, 1890, p. 13⁴). A carta, datada de 14 de novembro de 1825, precede em um ano a publicação do *Resumo da história literária de Portugal, seguido do resumo da história literária do Brasil*, do francês Ferdinand Denis, e do “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa”, estudo introdutório de Almeida Garrett à antologia *Parnaso lusitano, ou poesias seletas dos autores portugueses antigos e modernos, ilustradas com notas*. As posições de certo modo opostas de Denis e Garrett – literaturas separadas, uma só literatura – retomam uma ambiguidade da carta de José Bonifácio, que falara de uma história literária do Brasil dentro da discussão sobre uma história literária de Portugal. Na carta, José Bonifácio recomenda a seu interlocutor, Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, uma série de fontes para a escrita da história da literatura portuguesa (dentre elas a *Biblioteca lusitana* e as obras de Bouterwek e Sismondi), além de uma breve lista de autores que deveriam nela figurar. Como um adendo, ele escreve que “Para traçar em breve quadro a história literária do Brasil, além da Biblioteca do Barbosa, em que já falei, servirá também consultar a *Biblioteca Histórica de Portugal e Brasil*, que se publicou em 1800 e tantos, que traz notícias não vulgares.” (1890, p. 13)

O sintagma “traçar em breve quadro a história literária do Brasil” aproxima os conselhos de José Bonifácio ao projeto de Denis, que (lembramos o título) faz um *Resumo da história literária de Portugal, seguido do resumo da história literária do Brasil*: o “breve quadro” é um complemento, um apêndice. No entanto, mesmo “complementar”, um quadro delimita o que está dentro e fora dele, de sua moldura. O que está dentro é uma história literária *do Brasil*, revestida de caráter próprio em relação ao que está fora (Portugal).

⁴ O livro se encontra digitalizado em <http://www.obrabonifacio.com.br/>, endereço eletrônico que traz a obra completa do autor. Atualizei a ortografia das citações deste livro quando houve necessidade, assim como dos posteriores.

A ambiguidade de Bonifácio se expressa no parágrafo seguinte:

Tenho acabado aos trambulhões esta mesquinha tarefa, e só acrescentarei que, a meu modo de ver, pois que os períodos da literatura das nações modernas seguem por via de regra o desenvolvimento e perfeição *das línguas*, ou o seu retrocesso, eu creio que os períodos da *nossa literatura* são os seguintes: – 1º Desde o princípio da Monarquia Portuguesa até o período de D. Diniz. 2º De D. Diniz até Afonso V. 3º De Afonso V até fins do Reinado de D. Manoel. 4º De então até o Reinado do intruso D. Felipe de Castela. 5º De Felipe II até D. João IV. 6º De D. João IV até meado de D. João VI, e 7º por fim, desde então até hoje. Não cabe nos limites de uma carta, nem tenho pachorra para isto, expor os motivos desta minha divisão: contente-se V. S^a com o que acabo de escrever, que não é pouco para minhas atuais circunstâncias. (1890, pp. 13-14. Grifos meus.)

As “atuais circunstâncias” de Bonifácio eram realmente difíceis. Escrevendo da França, banido e exilado, teve que ver, poucos meses antes (em agosto de 1825), o Brasil pagar dois milhões de libras, emprestadas pela Inglaterra, à antiga Metrópole pelo reconhecimento de sua Independência. Sendo assim, perceber a unidade dos períodos literários (logo, da literatura) como se dando através *das línguas*, e chamar a literatura portuguesa de *nossa literatura* adquire o sentido de uma certa clivagem entre a independência política e a independência literária, não obstante a possibilidade aberta pela menção anterior ao “breve quadro”. De fato, não é absurdo pensar que Bonifácio ainda sentia-se um “súdito lusitano, pelo menos em matéria cultural”, como observa Acízelo de Souza (2007, p. 83).

Esta parte lusitana da epístola de Bonifácio o aproxima do “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa” de Almeida Garrett, no qual a literatura aparece, desde o título, ligada à unidade da língua portuguesa. Os períodos em que Garrett divide a literatura portuguesa são diferentes (seu primeiro período abrange os três primeiros de José Bonifácio), mas o critério de divisão é o da alternância entre desenvolvimentos e retrocessos da *língua* portuguesa.

Atualizando as ambíguas potencialidades da carta de José Bonifácio, Denis e Garrett realmente iniciam a historiografia da literatura brasileira, dentro dos moldes que ela seguiria durante o século XIX. O nacional ou a cor local (Denis) e a língua (Garrett) vão se alternar como critérios de construção da historiografia literária: Ferdinand Wolf seguiria Denis e os autores de histórias didáticas da literatura, o cônego Fernandes Pinheiro e Sotero dos Reis, seguiriam Garrett. Só em 1888, com a *História da literatura brasileira* de Silvio Romero, a questão se decidiria (em favor de Denis, de certa forma).

O principal contraste entre as protohistórias de Denis e Garrett está na definição da nacionalidade da literatura. Ambos antecipam noções futuramente desenvolvidos por José da Gama e Castro e Santiago Nunes Ribeiro, em artigos no *Jornal do Comércio* e na *Minerva*

Brasiliense (1842-43), e por um grande número de nomes do romantismo nacionalista brasileiro (dentre os quais, Gonçalves de Magalhães). Nesse grande debate que perpassa décadas do século XIX, discutia-se a existência de uma literatura brasileira; qual era seu fundamento; se ela iniciava com a Independência ou já vinha desde a Colônia; se autores nascidos em Portugal entrariam na nossa história literária; se esta incluiria produções em outras línguas (latim, castelhano); e outras questões correlatas, chegando a um grande nível de detalhamento.

Para Ferdinand Denis, existia uma literatura brasileira, desde a Colônia, mas ela não era bem o que devia ser. O pleno desenvolvimento da literatura brasileira somente se dará com o aproveitamento da *cor local*, e os poucos indícios dessa mimese natural, como passagens do *Caramuru*, são bastante ressaltados por Denis. Junto com a natureza, as três raças que povoam o país, em sua mestiçagem, constituem uma ideia de nação: a especificidade do Brasil é ter essa natureza exuberante e ser povoado por essa mistura de raças. A literatura brasileira deve receber os influxos da poesia própria, ou da musicalidade, de cada raça e passar a representar a cor local. Dessa forma, o resumo *prescritivo* de Denis organiza a história da literatura brasileira em função de uma narrativa teleológica, na qual o ponto de culminância está no futuro, quando as linhas da nação e da literatura convergem. Há literatura e seu fundamento é a nação.

Para Garrett, somente há literatura portuguesa, pois somente há *língua* portuguesa. O cuidado de Garrett em estabelecer regras ortográficas para a edição dos poemas do *Parnaso*, na sua nota “A quem ler” (1998, pp. 27-28), é sintoma de um cuidado em relação à língua portuguesa; os melhores ou piores usos desta determinarão a divisão em períodos e as avaliações de autores e obras constantes no “Bosquejo”. A entrada de autores que hoje chamamos brasileiros no “Bosquejo” somente se dá na Quinta época, do meio ao fim do século XVIII, com Cláudio Manuel da Costa e os autores mineiros. Sobre Cláudio, Garrett diz: “O Brasil o deve contar seu primeiro poeta, e Portugal entre os melhores” (1998, p. 56). Reconhecendo a procedência brasileira dos poetas mineiros, e mesmo se queixando de seu parco aproveitamento da natureza local, Garrett mesmo assim os integra na “restauração das letras em Portugal” (1998, p. 51). Talvez para ressaltar o lado português, em contraposição ao lado brasileiro que parece querer aflorar do texto, Garrett nunca menciona a Inconfidência Mineira, da qual esses poetas fizeram parte – assim como não vai mencionar em nenhum momento a Independência do Brasil, àquela altura já reconhecida por Portugal. O escamotear do dado político coloca a língua em ainda maior centralidade como fundamento da literatura portuguesa.

Além da divergência quanto a qual deve ser o fundamento de uma literatura, nossos autores parecem divergir um pouco no próprio conceito de literatura. Garrett trata apenas da poesia, com uma ou outra incursão no teatro (de qualquer modo em versos). Denis traz uma gama muito mais ampla de objetos, incluindo narrativas de viagens, escrita religiosa, oratória e historiografia, admitindo mesmo obras escritas em latim. Sua história ideal da literatura, para além do *Resumo*, incluiria ainda a música e as artes plásticas, e – de uma forma ambígua – a tradição oral dos povos indígenas e negros.

Denis chega a anunciar que está escrevendo um livro sobre a poesia dos povos indígenas (1978, p. 80) e a recomendar, como projeto a ser feito, o estudo das línguas africanas (p. 82). Há um forte fascínio em jogo:

O Novo Mundo não poderá passar sem tradições respeitáveis: dentro de alguns séculos, a época presente, na qual se fundou a sua independência, nele despertará nobres e comovedoras evocações. A sua idade das fábulas misteriosas e poéticas serão os séculos em que viveram os povos que exterminamos e que nos surpreendem por sua coragem, e que retemperaram as nações saídas do Velho Mundo: a recordação de sua grandeza selvagem cumulará a alma de orgulho, suas crenças religiosas animarão os desertos; os cantos poéticos, conservados por algumas nações, embelezarão as florestas. O maravilhoso, tão necessário à poesia, encontrar-se-á nos antigos costumes desses povos (...) (1978, p. 36)

O autor trata a tradição oral indígena num registro duplo. Por um lado, enfatiza durante o livro a necessidade de que esse material seja conservado, registrado de alguma forma. Por outro, o mundo indígena é principalmente matéria para a poesia, fornecedor do “maravilhoso”. Denis prescreve que o poeta:

lamente as nações exterminadas, excite uma piedade tardia, mas favorável aos restos das tribos indígenas; e que este povo exilado, diferente na cor e nos costumes, não seja nunca esquecido pelos cantos do poeta; adote uma nova pátria e cante-a ele mesmo; console-se à lembrança de outros infortúnios, rejubile-se com a radiosa esperança que lhe dá um povo humano. (1978, p. 38)

A posição central que ocupam o *Caramuru* e o *Uraguai* na parte propriamente histórica do *Resumo* reforça esta visão. As obras mais importantes, as que merecem uma mais longa descrição e análise por parte de Denis são as epopeias indigenistas. Da produção dos próprios índios, sobre a qual Denis diz estar escrevendo, não aparece exemplo algum.

Assim como não aparece de qualquer outra produção de literatura oral ou popular. Denis coloca o projeto de uma ampliação do espectro da história da literatura em direção a uma descrição cultural mais ampla, mas não chega a realizá-lo. A posição central no complexo conceito de literatura continua a ser da nota da poesia (erudita, escrita em livros): é esta que merece análises e citações, é esta que tem a tarefa de digerir as outras produções (como as

tradições indígenas) e transformá-las num produto de grande valor. Denis e Garrett se encontram pela centralidade da poesia.

A centralidade da poesia de livros no conceito de literatura pode ser o sintoma de uma série de fatores, como o preconceito de raça e classe social. Ria Lemaire, no seu artigo “Repensando a história literária” (1994), fala do *scriptocentrismo* como um dos eixos que orientam a tradição da história da literatura. O scriptocentrismo denota um “conceito de escrita unitário e monolítico” (1994, p. 62), que recalaria o lento emergir das técnicas da escrita a partir da oralidade.

Este recálque é exatamente a operação de Garrett no início de seu “Bosquejo”. A língua portuguesa, ele nos diz, começou com os trovadores, mas tomou impulso com a lei de D. João I que fez que os “atos e instrumentos públicos” deixassem de ser escritos em latim e passassem ao português (1998, p. 31). Toda a época da poesia trovadoresca é assim pulada um uma página e tratada como uma pré-história de uma história que começa com a escrita de leis.

Impressiona tudo o que *não* é dito sobre a poesia dos trovadores, suas raízes orais, sua passagem por diversos códices e copistas. O scriptocentrismo, a concentração exclusiva no texto como notação, faz com que seja esquecida a materialidade dos processos comunicativos e sociais envolvidos na literatura. Nesta perspectiva, não faz diferença se o texto foi originalmente cantado, como o dos trovadores, ou distribuído em pequenas folhas manuscritas, como (dizem que) o foram os poemas de Gregório de Matos, ou publicado em jornais, ou livros: independente do suporte, da fonte, da margem, do paratexto, é um poema que está ali, naquela sequência de unidades notacionais (letras).

O “Bosquejo” de Garrett tem claramente essa concepção scriptocêntrica de literatura. Já Denis, como vimos, é mais ambíguo, abrindo espaço para outras manifestações culturais, mesmo que representadas de forma marginal. Em outras histórias da literatura do século XIX, é a concepção estritamente textual de Garrett que vai sobreviver: o que os autores seguintes aproveitam de Denis é sua concepção de uma literatura nacional, não as sugestões de expansão do conceito de literatura.

Tomemos alguns aspectos das duas primeiras histórias da literatura de longa extensão produzidas no século XIX, o *Curso de literatura nacional* (1862), do Cônego Fernandes Pinheiro, e *O Brasil literário* (1863), do austríaco Ferdinand Wolf. Segundo Roberto Acízelo de Souza, as duas obras eram indicadas como livro-texto no Colégio Pedro II, então a maior

instituição de ensino, sendo substituídas pela *História* de Silvio Romero apenas em 1892 (2007, pp. 20, 24). As duas obras trabalham com concepções diferentes do nacional. Fernandes Pinheiro, de certa forma seguindo Garrett, considera a literatura portuguesa e a brasileira uma só, que ele chama de “literatura nacional”. A divisão entre elas só se dá no período romântico (pós-independência), que é representado por dois breves capítulos que fogem ao esquema de divisão por gêneros literários e ao caráter quase antológico (de muitas citações) do resto do *Curso*. Já Ferdinand Wolf segue Denis, apresentando a literatura brasileira como um processo que vem desde a Colônia.

O *Curso* de Fernandes Pinheiro intensifica as tendências scriptocêntricas presentes em Garrett. Se o português se contentava com um quase silêncio sobre a poesia dos trovadores, nosso cômico diz abertamente que eles *escreviam* (1978, p. 10). De resto, não há curiosidade do cômico pelo lado material ou comunicativo desta escrita. Nem há menção às tradições orais indígenas ou dos escravos. Aliás, não há menção ao Descobrimento: tudo passa como se autores do Brasil começassem a brotar, sem que um processo de constituição de uma sociedade e uma cultura fosse necessário

O Brasil literário toma o modelo narrativo de Denis, de uma literatura já brasileira desde os primórdios, e o soma ao scriptocentrismo de Garrett. Segundo Wolf,

Os indígenas, com efeito, jamais tiveram cultura literária propriamente dita. A esse respeito, apenas poderíamos assinalar alguns poemas a vez épicos e líricos, hinos religiosos ou guerreiros, ou simples melodias para regularem suas danças, por onde davam vazão aos seus instintos poéticos e musicais. Tais devem ser as únicas produções que podemos lobrizar nos dialetos indígenas. (1955, p. 7)

Mesmo essas poucas produções, consideradas com alguma seriedade, poderiam trazer um enriquecimento da tessitura da história literária. Wolf, no entanto, despreza as contribuições “destes indígenas quase todos bárbaros (com exceção dos mexicanos e peruanos)” (1955, p. 16) e diz que eles possuem apenas *uma espécie de poesia* (p. 17). Pois a poesia genuína está escrita em livros.

O scriptocentrismo recalca uma série de dimensões do texto. A preocupação com estas outras dimensões tem sido uma constante na crítica contemporânea, desde, pelo menos, o ocaso do estruturalismo vulgar e das visões imanentistas da crítica (como o desconstrucionismo de Yale). A preocupação de Paul Zumthor com a oralidade (ou, sendo mais exato, com a *vocalidade*) faz parte desta constante, assim como toda a riquíssima historiografia do livro e da edição (do qual um exemplo clássico é *O Iluminismo como negócio*, de Robert Darnton). O

professor Hans Ulrich Gumbrecht, da Universidade de Stanford, engloba essas preocupações dentro do que ele chama *campo não-hermenêutico*, em oposição a um campo hermenêutico que estaria exclusivamente preocupado com a interpretação de textos. Segundo Gumbrecht, o campo não-hermenêutico abre “a possibilidade de tematizar o significante [material] sem necessariamente associá-lo ao significado” (1998, p. 145). Apaixonado por tipologias e “cartografias conceituais”, o teórico divide o campo não-hermenêutico em quatro subcampos, retirados da teoria linguística de Hjelmslev. Seriam eles: a *substância do conteúdo*, preocupada com o significado previamente a qualquer articulação conceitual; a *forma do conteúdo*, preocupada com as formas pela qual o significado se estrutura, mais que com o significado mesmo (campo associado a Foucault); a *forma da expressão*, preocupada com a materialidade dos processos comunicativos, com a voz, as letras e o papel; e a *substância da expressão*, que estudaria como, do meramente material, chegou a surgir a possibilidade da articulação expressiva. (1998, pp. 145-147)

Uma atenção maior aos subcampos relacionados à expressão (ao significante) teria efeitos salutares na concepção de uma história da literatura. De fato, podemos notar que o scriptocentrismo é uma centralidade do significado, do conteúdo, com uma desatenção total pela dimensão do significante, da expressão. Não é apenas a dimensão oral que é recalcada dessa forma. O teatro, nessas primeiras histórias da literatura, é entendido como texto, sem maior cuidado com a representação teatral em si e suas condições de possibilidade (salas de espetáculo, atores, figurino, etc)⁵. A oratória – oralidade das classes dominantes – é considerada apenas do ponto de vista do texto, sem entrar na arquitetura do púlpito, nas posturas corporais dos oradores ou suas inflexões.

Se parece que trato de tempos muito antigos, imemoriais, e que não há relevância da discussão deste tema para a história da literatura de agora, permito-me alguns exemplos da recentíssima *Uma história da poesia brasileira*, de Alexei Bueno. Como seus antecessores do século XIX, Bueno tem uma visão scriptocêntrica de literatura. Ao tratar da poesia de cordel, em apêndice ao livro, fala apenas do poema impresso, sem considerar sua vocalização. Mais curioso, no entanto, é o transporte das categorias scriptocêntricas para a seleção e avaliação dos poetas estudados. Ao tratar do século XX, Alexei Bueno não estuda nenhum dos poetas da vanguarda concreta pois eles seriam parte da “história das artes visuais”: isto é, utilizar o significante visual

⁵ Denis chega a mencionar alguns desses aspectos, mas vimos que seu scriptocentrismo é ambíguo.

(material) como possibilidade poética faz com que a poesia perca seu caráter próprio. Bueno faz movimentos semelhantes com a poesia ligada à música popular e com a poesia marginal dos anos 1970:

É poesia mais para palco que para página, perde muitíssimo sem a *mise-en-scène*, ou seja, confunde-se comumente com as artes cênicas – e alguns de seus cultores de fato para elas se transferiram – como quase toda a poesia dita de vanguarda confunde-se com as artes visuais. (2007, p. 400)

A poesia “para página” é apenas texto “puro”, pretensamente sem visualidade e materialidade. O scriptocentrismo não mais delimita apenas o campo da literatura “erudita” contra as produções populares: serve também, agora, de critério valorativo.

A historiografia da literatura brasileira, tornada possível pela independência política e renunciada por seu “Patriarca”, seguiu um percurso errático, onde muitas das suas possibilidades iniciais foram esquecidas e outras tantas não foram jamais levantadas. Hoje ninguém mais levanta a possibilidade de a literatura pertencer à língua, e não à nação: essa possibilidade, de cujo legado surgiu o *Curso* de 1862, nosso primeiro livro didático, foi hoje totalmente esquecida. Já a consideração exclusiva do escrito continua uma tradição forte. Uma leitura do surgimento desse scriptocentrismo, mostrando como ele surge e se radicaliza a partir de posições iniciais mais ambíguas (Denis), foi o propósito desse trabalho, e sua contribuição para a construção, futura, de uma história da literatura feita não só de essências, mas de obras com peso, cheiro, som e aspecto.

Referências

BUENO, Alexei. *Uma história da poesia brasileira*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2007.

CÉSAR, Guilhermino (org). *Historiadores e críticos do romantismo*. 1 – A contribuição européia: crítica e história literária. São Paulo: Edusp, 1978.

DENIS, Ferdinand. “Resumo da história literária do Brasil”. In: CÉSAR, Guilhermino (org). *Historiadores e críticos do romantismo*. 1 – A contribuição européia: crítica e história literária. São Paulo: Edusp, 1978.

GARRETT, Almeida. “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa”. In: MOREIRA, Maria Eunice e ZILBERMAN, Regina (orgs). *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Corpo e forma: ensaios para uma crítica não-hermenêutica*. Rio de Janeiro: Uerj, 1998.

Letrônica, Porto Alegre v.2, n.2, p. 180, dezembro 2009.

LEMAIRE, Ria. “Repensando a história literária”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

PINHEIRO, Fernandes (Cônego). *Curso de literatura nacional*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1978.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Cartas andradinas: correspondência particular de José Bonifácio, Martim Francisco e Antonio Carlos dirigida a A. de M. Vasconcellos de Drummond*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger e Filhos, 1890. Disponível digitalizado em <http://www.obrabonifacio.com.br/>

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Uerj, 2007.

WOLF, Ferdinand. *O Brasil literário*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.